

ATA DA 25ª REUNIÃO
COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES – CMRI

Ao dia vinte e dois do mês de março de dois mil e vinte e três, às 14 horas e 00 minutos, realizou-se por meio telemático, em Curitiba/PR, a 25ª Reunião da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, constituída pelo Decreto Estadual nº 10.285/2014. Comunicados e convocados todos os membros titulares e suplentes da Comissão, designados pelo Decreto Estadual nº 12.539/2022, estavam presentes representantes da Controladoria Geral do Estado (CGE), da Casa Civil (CC), da Procuradoria Geral do Estado (PGE), da Secretaria de Estado da Administração e Previdência (SEAP) e da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA). A sessão foi presidida pela membro titular da Controladoria Geral do Estado e secretariada pelo titular da Casa Civil. Iniciados os trabalhos, passou-se ao conteúdo do protocolado 19.914.313-1, tratando de recurso realizado com fulcro no art. 23 do Decreto nº 10.285/2014, nos termos do Atendimento nº 92778/2022 (fl. 13, mov. 05), reiterando o pedido do “currículo (dados profissionais relacionados ao cargo) de todos os agentes públicos comissionados e em comissão (referência junho/2022)” (fl. 03, mov. 03). Apesar da irresignação do recorrente, e a intenção de “verificar a aderência da formação ao cargo exercício [sic]. As leis, formalmente, preveem requisitos mínimos para nomeação aos cargos (...)” (fl. 08, mov. 04), destaca-se que não há norma legal que estabeleça formação necessária para a nomeação e/ou posse em cargo em comissão (fl. 09, mov. 04). O cargo comissionado tem como característica principal a livre nomeação e exoneração, são cargos *ad nutum*, nos termos do inciso II, art. 37, da Constituição da República Federativa (CF), fato que impede o atendimento da solicitação realizada pelo recorrente, uma vez que inexistente exigência legal para a apresentação de formação acadêmica no momento da investidura em cargos comissionados, inviabilizando a citada verificação de aderência da formação ao cargo exercido. Deste modo, a p. Comissão resolveu, por unanimidade de votos, **DESPROVER** o recurso, considerando a ausência de dispositivo legal que exija a apresentação de qualificação profissional para ocupação de cargos comissionados. Ao ensejo, renova-se a informação

prestada pela SEAP (fl. 04, mov. 03), no sentido de que “a relação dos agentes públicos comissionados e em comissão: nome completo e o cargo exercido, poderão ser obtidas no Portal da Transparência do Governo do Estado do Paraná”. Encerrados os trabalhos, definiu-se o dia onze de abril de dois mil e vinte e três às 14 horas e 00 minutos para nova reunião ordinária.



Carolina Ferreira falcão de Castro

Presidente titular
Controladoria Geral do Estado

Bruno Dornelas

Secretário titular
Casa Civil

Rafaela Almeida do Amaral

Membro titular
Procuradoria Geral do Estado

Luciana Carla da Silva Azevedo

Membro titular
Secretaria de Estado da Administração e Previdência

Viviane Aparecida Eloy Sangiorgi

Membro titular
Secretaria de Estado da Fazenda

Documento: **Ata25reuniaocmri.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Luciana Carla da Silva Azevedo** em 30/03/2023 18:24.

Assinatura Avançada realizada por: **Carolina Ferreira Falcao de Castro (XXX.319.677-XX)** em 30/03/2023 15:13 Local: CGE/CMRI, **Viviane Sangiorgi (XXX.967.549-XX)** em 30/03/2023 15:31 Local: SEFA/DG, **Rafaela Almeida do Amaral (XXX.203.639-XX)** em 30/03/2023 20:12 Local: PGE/PRF, **Bruno Hebert Dornelas (XXX.933.489-XX)** em 31/03/2023 11:40 Local: PCG/PGE.

Inserido ao protocolo **19.434.275-6** por: **Carolina Ferreira Falcao de Castro** em: 30/03/2023 15:13.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
d190bb5443d7165627314363ac690503.